



ISSN 1984-5634

RESENHA

ARQUIVOS DE “MODOS DE SABER”: MULHER E LITERATURA NAS ÁFRICAS

*Archives of “ways of knowing”:
women and literature in Africa*

TATHIANA CRISTINA DA SILVA ANIZIO CASSIANO*

Resenha de: KALU, Anthonia C. *Women, Literature and Development in Africa*. 2. ed, New York: Routledge, 2020.

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 30.01.2022

ACEITO: 04.07.2022

Anthonia Kalu é Ph.D. em Línguas e Literaturas Africanas, professora no Departamento de Literatura Comparada e Língua Estrangeira e no Departamento de Estudos de Gênero, ambos na Universidade da Califórnia - Riverside, e é autora de diversos trabalhos no campo das literaturas africanas, afro-americanas e estudos de gênero em África. Esta análise se circunscreve ao seu lançamento mais recente: a segunda edição da obra *Women, Literature and Development in Africa*, publicada em inglês no ano de 2020 pela editora Routledge, como parte da coleção *Rethinking Development*.

A autora propõe discutir uma perspectiva de desenvolvimento a partir das demandas locais dos sujeitos em África e que leve em conta os pressupostos teóricos endógenos (*African ways of knowing*), como a oralidade e as práticas ancestrais, na produção de conhecimento e a agência de mulheres na preservação desse conhecimento (KALU, 2020, p. 01). Esta abordagem é inovadora não somente no sentido de permitir uma análise da literatura africana para além do conteúdo, da forma e contexto, mas também por evidenciar o caráter político dessa literatura que incorpora

COMO CITAR:

CASSIANO, T.C.S.A. Arquivos de “modos de saber”: mulher e literatura nas Áfricas. *Aedos*, v.14,n.32,p.303-308,jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

* Doutoranda em História (PPGH/UDESC), pesquisadora associada ao AYA Laboratório de Estudos Pós-colonial e Decolonial (PPGH/UDESC) e bolsista CAPES. ORCID iD: 0000-0002-0563-0701. E-mail para contato: tathi.leandro@gmail.com.

elementos derivados do colonialismo, como o idioma, e se coloca como um arquivo dos conhecimentos tradicionais¹, ou seja, um verdadeiro repositório do pensamento africano.

Apesar do uso dos termos “África” e “africano/africana”, a autora elucida ao leitor logo na introdução que sua análise decorre das experiências, visão de mundo e produção literária do povo igbo (KALU, 2020, p. 2), grupo etnolinguístico cuja maior parte da população vive no território do atual Estado da Nigéria. No entanto, ela defende que a metodologia empregada a partir do ponto de vista igbo pode ser pensada para povos com outras bases de conhecimento nas Áfricas², tendo em vista que mesmo com suas especificidades as populações africanas possuem aproximações, principalmente no que tange ao reconhecimento da dualidade da existência. Desse modo, ela pontua que “África” na obra refere-se aos espaços físicos e abstratos nos quais se desenvolveram a experiência histórica de africanos ao longo dos séculos e as interações ocorridas no próprio continente e na diáspora (KALU, 2020, p. 56).

O livro de 204 páginas possui oito capítulos. No primeiro, *The African woman an African literary criticism*, Anthonia Kalu revela as diferentes abordagens que ela identificou no campo dos estudos literários acerca da mulher africana (KALU, 2020, p. 13). A abordagem mais comum decorre da emergência da luta de mulheres africanas contra o silenciamento no espaço acadêmico. Ao mesmo tempo em que percebe a intersecção entre raça, gênero e classe nos sistemas de opressão contra as mulheres, o feminismo ativista (nome que a autora atribuiu a essa abordagem), procura (re)definir o mundo “para” as mulheres africanas e não “com” elas, mundo este muito mais próximo de uma expectativa do que da realidade por elas vivenciada (KALU, 2020, p. 16). Apesar das evidentes diferenças entre si, tanto o feminismo ativista, quanto as abordagens de cunho missionário ou “neocolonial”, coincidem no caráter universalista de suas propostas que isolam as mulheres africanas de seu contexto. Nesse sentido, a autora propõe uma outra abordagem, “Nwaononaku”³, uma perspectiva africana sobre a feminilidade (KALU, 2020, p. 25) que consiste na ideia de complementaridade dos papéis sociais masculinos e femininos, em consonância com a cosmogonia igbo, como metodologia de análise e interpretação da experiência das mulheres africanas.

No segundo capítulo, *African literary theory and research*, a autora identifica nos trabalhos de pesquisadores sobre a literatura produzida por autoras(es) africanas(os) uma preocupação em validar a narrativa destes a partir de uma matriz de conhecimento europeia (KALU, 2020, p. 31). Por exemplo, a obra do escritor Chinua Achebe foi traduzida, lida e analisada por pessoas do mundo inteiro, no entanto esses analistas desconhecem o povo igbo e sua forma de pensar o mundo. Para a autora, as ferramentas epistemológicas eurocentradas, ao desconsiderar todo um aporte de conhecimento que está embutido na escrita desse autor, resultam em conclusões equivocadas ou, no mínimo, imprecisas. Os intelectuais africanos não são encarados como capazes de produzir em suas pesquisas teoria sobre si e seus contextos, sua linguagem é considerada um empecilho dentro da visão colonialista de desenvolvimento, e o seu papel não seria o de explicar, mas de criar pontes (KALU, 2020, p. 36) entre o “mundo africano” e a língua e conhecimento europeus.

1 Na obra a autora emprega a palavra “tradicional” para referir-se aos diversos aspectos das sociedades africanas que sobreviveram à ingerência Europeia e aos programas socioeconômicos e culturais promovidos pela agenda capitalista no continente (KALU, 2020, p. 76).

2 Em que pese a escolha da autora pela terminologia África, eu a utilizei no plural na composição de minha análise como forma de evidenciar as pluralidades de experiências dos povos daquele continente.

3 Nome em igbo que significa “aquele que vive na riqueza”, esta última entendida a partir de uma visão holística, abrangendo aspectos econômicos e socioculturais (KALU, 2020, p. 27).

É na estrutura da comunidade igbo de anciãos, ou seja, “aqueles que sabem”, que a autora se inspira numa proposta de produção de conhecimento a partir da literatura africana, e que se pauta no princípio de equilíbrio e harmonia (KALU, 2020, p. 40). Dentro da sociedade igbo esses anciãos são os facilitadores da comunicação entre os mundos, o mundo dos vivos e dos ancestrais, mundo que é dual, onde tudo tem seu complemento. Ao mesmo tempo, os anciãos são os portadores do conhecimento. Para Anthonia Kalu não se trata de uma proposta de nova epistemologia, a seu ver os “modos de saber” igbos não se encerram numa ideia de “episteme” que está ligada ao “conhecer”, e ultrapassa as definições de matriz ocidental ou autenticadas por ela (KALU, 2020, p. 41). “Modos de saber” é para a autora uma expressão mais aberta a uma discussão sobre toda uma estrutura na produção do conhecimento e que inclui “aqueles que sabem”.

A busca por uma perspectiva de análise mais autêntica por meio dos “modos de saber africano” permitiria, como argumenta Anthonia Kalu, recolocar a mulher no centro das discussões sobre desenvolvimento (KALU, 2020, p. 56). É esta a premissa do terceiro capítulo, *Paradigms of tradition and modernity: (Re)centering women in African literature*. Aqui a autora traz o conceito de “morte social” da mulher africana como uma das implicações do colonialismo. Esse conceito refere-se ao silenciamento imposto a essas mulheres dentro uma estrutura social na qual ocorre uma redução do seu status na família, do seu papel econômico e acesso aos direitos básicos (KALU, 2020, p. 73). As mulheres e suas experiências retratadas na literatura africana são interpretadas a partir da ótica do sofrimento, das consequências da dominação masculina, enquanto sua agência, articulação e esforços diante dos desafios impostos pela “morte social” são ignorados (KALU, 2020, p. 69). O romance de Buchi Emecheta, “As alegrias da maternidade” (2017), por exemplo, considerado como uma importante referência para entender a opressão da mulher africana, ganhou maior projeção no mercado editorial ocidental, ao contrário da obra “Efuru” (1966), de Flora Nwapa, cuja protagonista negocia seu papel dentro da comunidade rural igbo mobilizando estrategicamente a cosmogonia a seu favor, é praticamente desconhecida entre os não falantes de língua inglesa.

No quarto capítulo, *Nwanyibuiife*⁴: *Women and the social construction of gender in African development*, Anthonia Kalu problematiza as concepções de desenvolvimento que prevalecem nas políticas públicas em/para as Áfricas. Mesmo fundadas em matrizes políticas e teóricas opostas, essas concepções têm em comum considerar irrelevantes ou até mesmo prejudiciais as concepções econômicas e sociais baseadas no conhecimento tradicional das comunidades africanas (KALU, 2020, p. 75), o que tem como uma das implicações a exclusão das mulheres principalmente nas tomadas de decisões. No diálogo com a literatura africana, a autora propõe uma ideia de desenvolvimento a partir da concepção dual do mundo igbo, que converge para o equilíbrio entre os princípios masculino e feminino.

O papel da linguagem é, portanto, central nessa discussão da proposta das literaturas africanas como referência dos “modos de saber africanos” no sentido de um projeto de desenvolvimento viável para a população do continente. Esta é a problemática na qual a autora se debruça no quinto capítulo, *Language and development in Africa*. No entanto, ao invés de se juntar às reflexões já consagradas sobre os efeitos da imposição das línguas europeias, tal como Ngugi wa Thiong’o (1997), Anthonia Kalu

4 Expressão igbo que quer dizer “mulher é algo”, uma percepção do princípio feminino a partir da ideia de complementaridade dentro da cosmogonia igbo evidenciada no provérbio “Where one thing stands, something else will stand beside it” (onde uma coisa está, outra ficará ao seu lado).

analisa as dinâmicas de uso dessa mesma língua por escritores e escritoras das Áfricas (KALU, 2020, p. 96). Ela considera as estratégias utilizadas por esses homens e mulheres, como a transposição da oralidade por meio da escrita narrativa, um exemplo bem-sucedido de ressignificação e agência africanas, demonstrado pelo fato de que para os leitores anglófonos da Europa, este modelo de escrita literária não está em “inglês”, pelo menos não no “inglês” por eles falado (ibid., p. 102).

No capítulo seguinte, *Ala: Gendered space and development in Africa*, a autora utiliza a literatura para explicar a interpretação igbo do papel da mulher na relação dos africanos com a terra. Em uma perspectiva individualista oriunda dos valores cristãos e ocidentais, a mulher por sua condição de inferioridade não poderia ser inserida ou sequer consultada para implementação de políticas (prioritariamente econômicas) voltadas ao continente africano no contexto colonial (KALU, 2020, p. 111). Porém, na literatura africana, as mulheres são apresentadas como fundamentais na relação entre o povo e o território, especialmente por sua função na sobrevivência e continuidade do grupo. Dentro das comunidades igbos, o sistema de parentesco define a posse da terra, portanto ela não está indissociada das questões da família e, conseqüentemente, do papel da mulher (KALU, 2020, p. 125), e é em paralelo com a religiosidade igbo que esse papel se fundamenta. “O mundo se despedaça” (2009), de Chinua Achebe, é uma das obras na qual a autora respalda seu argumento ao longo do capítulo. *Ala*, a deusa da terra, é para os igbos a responsável por definir a maior parte da existência de todo o povo. Ela é a mãe e a representação da fertilidade (KALU, 2020, p. 114).

O tratamento que as sociedades africanas dedicam às mulheres no que tange à religiosidade também é reflexo do processo colonialista nas Áfricas e da função desempenhada pelas igrejas cristãs, e isso é analisado no capítulo sete, *Women, narrative traditions and African religious thought*. Para a autora, a problemática não estava na retirada das mulheres de suas atribuições nas práticas religiosas⁵ das comunidades, mas na redução do status ou na retirada de atributos positivos no desempenho dessas atribuições, o que fez com que fossem reduzidas ou até mesmo abandonadas após a colonização (KALU, 2020, p. 131). O princípio feminino outrora considerado potente nas encruzilhadas da existência humana, passa a ser acusado no colonialismo de colaborar com as trevas (KALU, 2020, p. 139). Essa transformação aparece com maior incidência nas pesquisas sobre as mulheres e a religiosidade nas Áfricas. Porém a autora traz um outro aspecto a ser considerado e ainda pouco estudado: a permanência da exclusão da maior parte das mulheres do acesso à educação formal nas escolas coloniais ou nas igrejas, ou a inserção tardia, permitiu que estas mantivessem por muito mais tempo as práticas religiosas ancestrais (KALU, 2020, p. 147).

É justamente na discussão sobre essa característica de portadora dos “modos de saber” por parte das mulheres africanas que a autora escreve o oitavo e último capítulo, *Women, education and the African narrative*. Se os homens escritores africanos de formação acadêmica ocidental, cuja habilidade na africanização da língua colonial os coloca como importantes sabedores e intérpretes da cultura de seu povo, as mulheres escritoras vão além como privilegiadas portadoras do arquivo local de conhecimento (KALU, 2020, p. 153). Reconhecer isso é, de acordo com Anthonia Kalu, um dos primeiros passos para recuperar o poder dessas mulheres nas experiências africanas da contemporaneidade. Para a autora, o maior desafio dos pesquisadores das literaturas africanas, particularmente aquelas escritas

5 Anthonia Kalu aponta a necessidade de problematizar o uso do termo “religião” para se falar das crenças tradicionais africanas (KALU, 2020, p. 136), porém não apresenta alternativa. Oyeronké (2021), partindo de uma análise do povo yorubá, sugere o uso do termo “cosmopercepção”.

por mulheres africanas, é interpretar o conteúdo desses arquivos e a sua importância em trazer à superfície os “modos de saber” silenciados pelo colonialismo (KALU, 2020, p. 159), pois impedidos de construir uma versão própria da História durante o colonialismo, a literatura virou a principal forma de engajamento da intelectualidade africana. Na conclusão do capítulo a autora também aponta os desafios contemporâneos diante desse legado de conhecimento, com a lentidão (por falta de investimento) das pesquisas destinadas a registrar esses testemunhos (KALU, 2020, p. 159), o desaparecimento da tradição de contar histórias e a necessidade de estratégias de engajamento com as tecnologias digitais (KALU, 2020, p. 160).

Para o leitor historiador pode haver um estranhamento quanto à ausência de discussão mais aprofundada acerca da temporalidade igbo e de que modo esta se reflete na escrita literária. À permanência dos efeitos do colonialismo nos Estados africanos pós emancipação, a autora propõe uma reentrada dos “modos de saber” tradicionais nas discussões sobre políticas de desenvolvimento, e a literatura se configura enquanto arquivo desse saber. Porém a incorporação dessa escrita enquanto um arquivo não pode vir desacompanhada de uma reflexão mais detalhada sobre as intencionalidades inerentes às literaturas africanas pós-coloniais, articulando-as com o seu contexto de produção e o papel dessas literaturas na consolidação de uma identidade cultural nacional, bem como as aproximações com o movimento pan-africanista⁶. Ou como sugere o filósofo Kwame Appiah, é preciso entender as “dimensões nacionalistas” dos textos africanos modernos, pois estes “não são mero reflexos do estilo épico de história e mitos orais; elas nascem da situação mundial do escritor africano, e não de uma excentricidade puramente local” (APPIAH, 1997, p. 109).

Contudo, a obra de Anthonia Kalu configura-se como uma referência fundamental na interpretação e análise da escrita literária africana, particularmente a produzida por homens e mulheres igbos. A autora é honesta em deixar evidente ao leitor seu engajamento teórico e epistêmico com uma produção de pesquisa afrocentrada, similar ao que propõe Oyeronké (2021) na investigação de mulheres iorubás. Ao mesmo tempo, apresenta um amplo diálogo com intelectuais de diferentes campos do conhecimento e perspectivas de análise, incluindo as produções de afro-estadunidenses como Toni Morrison e Patrícia Collins, demonstrando que uma pesquisa comprometida com uma perspectiva endógena não precisa fechar-se em si mesma.

6 Pan-africanismo foi um movimento que ganhou corpo com o estadunidense Willian Du Bois e que lançou os fundamentos das organizações de libertação nacional em África. Saiba mais em M'Bokolo (2011, p. 549).

REFERÊNCIAS

ACHEBE, C. *O mundo se despedaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

APPIAH, K. A. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

EMECHETA, Buchi. *As alegrias da maternidade*. Porto Alegre: TAG, 2017.

KALU, Anthonia C. *Women, Literature and Development in Africa*, 2 ed, New York: Routledge, 2020.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: histórias e civilizações*. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

NWAPA, Flora. *Efuru*. London: Heinemann, 1966.

OYEWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

THIONG'O, Ngugi Wa. *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. Nairobi: EAEP, 1997.